

Operação Amazônica – Uma Lição Não Assimilada

Entende-se por **operação** a aplicação das medidas necessárias à obtenção de determinados objetivos sejam políticos, militares, financeiros, sociais etc. Durante a década de 60 particularmente a partir de 1966, através de uma série de leis federais, o governo brasileiro buscou o desenvolvimento da Amazônia com incentivos fiscais com descontos de 50 a 100%, nos impostos de renda devidos por empresas, desde que esses recursos fossem investidos em empreendimentos na área amazônica. O modelo foi elaborado pela SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada, em 1959.

Iniciava-se, assim, a chamada “**Operação Amazônica**”, visando, definitivamente, estabelecer a posse daquele território, a exploração dos recursos minerais, vegetais e animais, desenvolvimento agropecuário e industrial, e efetivo enquadramento na vida econômica do país.

Grandes investimentos de infra-estrutura foram feitos, principalmente a abertura de rodovias, como a Transamazônica, que facilitassem o acesso e o escoamento de produtos da região, bem como a criação do porto livre de Manaus para possibilitar a exportação e a importação do que fosse necessário.

Instigou-se, com isso, **um verdadeiro assalto à natureza amazônica** pelos capitais industriais do sul e de multinacionais. **Imensas áreas foram desmatadas e queimadas pelos industriais com o objetivo de se formar pastagens para o gado.**

Uma enorme riqueza em madeiras de primeira qualidade, inclusive castanheiras e outras essências nativas, foi **simplesmente destruída pelo fogo.**

Os novos proprietários de terras amazônicas não julgavam econômico, na época, o transporte de toras para o sul. O desastre ecológico começou a estender-se na Amazônia, como conseqüência do emprego de técnicas agrícolas inadequadas à região tropical.

A prospecção e a descoberta de grandes reservas de metais, como o alumínio e o ferro, abriram a perspectiva de exportação desses materiais em gigantescas proporções. Mas, para isso, era necessária a implantação de grandes centros de pré-processamento e o elemento vital para essa atividade era a **energia elétrica.**

Para atender a essa enorme demanda de energia criada pela necessidade de exportação de metais - bem como para o desenvolvimento da Amazônia como um todo -, **traçou-se um plano faraônico de aproveitamento energético.**

O plano que persiste até hoje, prevê o represamento de grandes rios e a formação de lagos gigantescos à custa da destruição por derrubada seguida de queimada ou afogamento de centenas de milhares de Km² de florestas e deslocamento de dezenas de tribos nativas.

Samuel Murgel Branco em seu livro O Desafio Amazônico, esclarece que os estudos de desenvolvimento agrícola foram traçados pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, entretanto, **não levaram em consideração as peculiaridades do solo amazônico e as experiências agrícolas negativas realizadas em algumas localidades.**

Desde a década de 40, vinham sendo realizados sérios estudos por institutos de pesquisa oficiais da própria região, como o Instituto Agrônomo do Norte. Esses estudos foram publicados inclusive pela UNESCO, órgão das Nações Unidas dedicado à ciência, mas, foram completamente desprezados.

O plano do INCRA consistia basicamente na implantação de agrovilas, com 100 hectares de área, ao longo da rodovia Transamazônica, distantes cerca de 10 quilômetros umas das outras, cada uma das quais com cerca de 50 a 60 casas, escola primária, capela ecumênica, armazém, farmácia e clínica.

Cada família residente numa destas agrovilas disporia de uma gleba de 100 hectares, no máximo a 5 Km de distância da agrovila, sendo que a **metade de cada gleba deveria ser mantida sem qualquer desmatamento**.

A cada 50 quilômetros haveria uma **agrópolis**, sede de 4 agrovilas, com recursos mais amplos, tais como escola secundária, olaria, silos, serraria, postos de gasolina etc. Duas **agrópolis** constituiriam uma **rurópolis**, a distâncias regulares de 150 quilômetros, com escola vocacional e outras facilidades.

As primeiras agrovilas foram estabelecidas no mais extenso dentre os raros trechos de solo razoavelmente fértil. As duas primeiras colheitas depois do desmatamento são invariavelmente produtivas.

No entanto, depois de duas culturas, os resultados são altamente danosos ao ecossistema. Advém a aceleração da erosão o empobrecimento da fertilidade do solo, ao mesmo tempo em que abrem carninho para a penetração de pragas e plantas invasoras.

A verdade é que mais de 80% do solo amazônico é classificado como pobre. Se indevidamente explorado advém à conseqüente savanização e posterior desertificação.

Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental –
rocha@mdbrasil.com.br – www.outorga.com.br – www.rochaoutorga.hpg.com.br